

20º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Zulficar Ahmad recebeu 100 mil dólares do grupo Privinvest a pedido de um amigo que já faleceu

- Zulficar Ali Esmail Ahmad, 49 anos, comerciante, foi o primeiro réu a ser ouvido pelo tribunal no 20º dia do julgamento do escândalo financeiro das "dívidas ocultas". O Ministério Público acusa-o de ter recebido, no dia 29 de Maio de 2013, 100 mil dólares da Privinvest, sem nunca ter prestado serviço àquele grupo empresarial baseado em Abu Dhabi. O dinheiro foi transferido directamente da conta do grupo Privinvest para a conta do réu, domiciliada no BCI.



Zulficar Ahmad

Como forma de dissimular a utilização dos 100 mil dólares, Zulficar Ahmad levantou o dinheiro de forma fraccionada, no valor máximo de cinco (5) mil dólares, “emitindo diversos cheques a seu favor e a favor da sua esposa Nadia Hanif Mahomed Bhikha, e dos seus amigos e sócios na empresa EPS – ZON, Osman Mahomed e Nordin Issufo Amade Aboobacar”. “Ainda como forma de dissimular o real fim da utilização dos valores, em todos os levantamentos efectuados o reu comunicava ao banco que os montantes se destinavam a viagens e turismo”.

Confrontado com a acusação, o reu disse que recebeu o dinheiro a pedido do seu amigo Marcos Calafiori, um brasileiro de origem libanesa, que o conheceu há anos numa mesquita de Komatipoort, África do Sul, onde residia. “Honestamente, eu quis fazer um favor a um amigo de longa data. Um dia ele perguntou-me se tinha conta bancária em dólares e se podia receber um valor seu. Aceitei ajudar e dias depois vi o valor de 100 mil dólares na minha conta. Informei-o que já tinha o valor e ele orientou-me a fazer levantamentos para o entregar”. Confirmou que passava cheques até cinco mil dólares e fazia o levantamento. A sua esposa e os amigos e sócios Osman Mahomed e Nordin Aboobacar também faziam levantamentos e depois repassavam os valores ao reu Zulficar Ahmad. Disse que ganhou dois (2) mil dólares e nunca pensou que o valor de 100 mil dólares fosse de proveniência duvidosa.

Questionado sobre o paradeiro do seu amigo, o reu respondeu que Marcos Calafiori faleceu em 2015 ou 2016. Não sabe ao certo o que ele fazia, mas disse que vendia carros. Apesar de afirmar que era um amigo de confiança, Zulficar Ahmad não sabe se Calafiori vivia com alguém e nem sabe do endereço da sua residência. “Ele é que vinha mais a Maputo, de duas em duas semanas. Eu raramente ia para Komatipoort”.

À pergunta do Ministério Público sobre que confiança tinha para facultar a sua conta a uma pessoa que não sabia com quem vivia, não tinha o endereço da sua casa e não tinha domínio do que fazia, o reu respondeu que conhecia-o há bastante tempo e repetiu que o seu amigo viajava sempre para Maputo. Entretanto, disse ao tribunal que não se lembrava dos hotéis em que o seu amigo hospedava quando viajasse para a Cidade de Maputo, mas tem uma ideia de que já esteve no Hotel Cardoso.

Zulficar Ahmad afirmou não conhecer Jean Boustani nem o grupo Privinvest, a empresa que transferiu 100 mil dólares

“Honestamente, eu quis fazer um favor a um amigo de longa data. Um dia ele perguntou-me se tinha conta bancária em dólares e se podia receber um valor seu. Aceitei ajudar e dias depois vi o valor de 100 mil dólares na minha conta. Informei-o que já tinha o valor e ele orientou-me a fazer levantamentos para o entregar”

“Eu sabia que o senhor tinha relações com Imran Ahmad, por isso perguntei se eram primos. E o senhor disse aqui que o Imran foi teu advogado no presente processo, muito bem. E o Imran Ahmad foi advogado da Ângela Leão, ré nos presentes autos, num negócio de venda de casa”

para a sua conta. Perguntado pela representante do Ministério Público se conhecia António Carlos do Rosário e a empresa Txopela Investments, o réu respondeu negativamente. Perante a insistência do Ministério Público, o reu disse que nunca teve nenhuma relação nem com António Carlos do Rosário nem com a Txopela Investments. Entretanto, a Txopela Investments e a empresa de Zulficar Ahmad, a EPS – ZON, têm o mesmo endereço físico na Avenida Mao Tse Tung, N° 622, 1° andar. Sobre este facto, o reu disse que só os seus sócios é que podem explicar, uma vez que ele viajou à África do Sul para tratar da sua saúde logo após a criação da empresa.

O reu disse ainda que não conhece Domingos Xavier de Sousa e Manuel Filipe

Guiliche, mas consta do processo que os dois teriam feito levantamento de cheques em dólares passados por Zulficar Ahmad. Questionado como comunicava com seu amigo Marcos Calafiori, o reu respondeu que era através de WhatsApp. Disse que estava em condições de juntar ao processo o contacto de Marcos Calafiori, mas não sabe se o mesmo está registado em seu nome. Não se lembra de como justificou junto do banco BCI a recepção dos 100 mil dólares e disse que nunca procurou saber porquê é que ele não podia receber o dinheiro na África do Sul, muito menos sobre a quantia que seria transferida para a sua conta.

Uma vez que o reu afirmou que levantou o dinheiro e repassou-o em numerário a Marcos Calafiori, foi questionado se tinha como provar esse facto, tendo respondido que os seus amigos e sócios Osman Mahomed e Nordin Aboobacar presenciaram um acto de entrega de valores. O Ministério Público confrontou o reu com as declarações de Osman Mahomed feitas a 26 de Julho de 2018, em que afirmou que os 15 mil dólares que levantou através de cheques passados por Zulficar Ahmad usou para o tratamento médico da sua filha e comprou uma viatura, o reu respondeu que não sabe porquê razão o seu amigo se teria pronunciado naqueles termos. Ou seja, o seu amigo e sócio não disse em nenhum momento que repassava o dinheiro que levantava ao Zulficar Ahmad, muito menos que presenciou um acto de entrega de dinheiro a Marcos Calafiori.

Antes da recepção dos 100 mil dólares do grupo Privinvest, não havia nenhum movimento na conta em dólares domiciliada no BCI. Este facto leva o Ministério Público a concluir que a conta foi aberta exclusivamente para receber dinheiro do grupo Privinvest. O juiz Efigénio Baptista perguntou ao Zulficar Ahmad se era primo de Imran Ahmad Adam Issa, ao que respondeu negativamente, mas admitiu existir uma relação de familiaridade por afinidade, visto que Imran casou com uma prima a esposa do reu. E disse ainda que sempre conheceu Imran Ahmad, pois os seus pais são naturais de Buzi e os dois cresceram na Cidade da Beira. “Imran Ahmad até foi meu advogado neste processo”, disse o reu. O juiz estranhou logo as ligações: “Eu sabia que o senhor tinha relações com Imran Ahmad, por isso perguntei se eram primos. E o senhor disse aqui que o Imran foi teu advogado no presente processo, muito bem. E o Imran Ahmad foi advogado da Ângela Leão, ré nos presentes autos, num negócio de venda de casa”.

Crimildo Manjate diz que entregou conta bancária do seu irmão para receber 3.750.000 MT porque suspeitou que a sua estivesse inactiva

Crimildo Jossias Manjate, 40 anos, é acusado de crime de branqueamento de capitais, por ter recebido 3.750.000,00 meticais transferidos pela empresa M Moçambique Construções, como parte do valor recebido do grupo Prinvest. O dinheiro é referente à venda de uma dependência implantada num terreno de 45/90 metros ao casal Gregório e Leão, que pretendia expandir a área onde se localiza a sua residência no Bairro Jonasse, Distrito de Boane, Província de Maputo.

O reu terá dado orientações para que o valor de 3.750.000,00 meticais fosse transferido da M Moçambique Construções para a conta do seu irmão, Naldo Adérito Jossias Manjate, domiciliada no Millennium Bim. O Ministério Público entende que, ao proceder assim, o reu Crimildo Manjate pretendia “dissimular a sua ligação com o negócio, pois sabia da proveniência ilícita do valor”. Ou seja, para o Ministério Público o reu sabia que o dinheiro usado para pagar a sua dependência resultava do suborno pago pelo grupo Prinvest ao casal Leão.

Mas o reu negou essa acusação. Explicou que quando acordou com Leopoldo Dinis Buque, mais conhecido por Pondeca, e irmão da Ângela Leão, o valor de venda do imóvel, o comprador manifestou o interesse em pagar através de uma transferência para uma conta domiciliada no Millennium Bim. O reu explicou que tinha conta bancária no Millennium Bim, mas como passava “muito tempo” sem efectuar movimentos, pensou a mesma estivesse inactiva. Foi nesse contexto que Pondeca teria perguntado ao reu se conhecia alguém de confiança que tinha conta no Millennium Bim onde fosse feita a transferência, uma vez que eles precisavam do espaço com muita urgência. “Eu entreguei o número do meu irmão Naldo Jossias Manjate ao Pondeca, pois não via nenhum problema nisso”. Uma vez que o valor da venda de espaço foi transferido da conta da M Moçambique Construções, o reu foi questionado se sabia como é que a conta do seu irmão chegou às mãos de Fabião Mabunda, tendo dito que não sabia.

O Ministério Público perguntou porquê razão não foi ao Millennium Bim para certificar a situação da sua conta, ao que o reu respondeu que foi devido à pressão de trabalho. A transferência de 3.750.000,00 meticais para a conta do seu irmão foi efectuada no dia 16 de Maio de 2014. Três (3) dias depois, o reu efectuou um depósito de cinco (5) mil meticais na



Crimildo Manjate

sua conta do Millennium Bim, a mesma que suspeitava estar inactiva devido a falta de movimentos. “Fui fazer o depósito para regularizar a minha conta”, explicou.

O terreno com benfeitorias que vendeu por 3.750.000,00 meticais adquiriu de um primo por 1.450.000,00 meticais. “Quando vendi ao senhor Pondeca já tinha um muro de vedação e uma dependência ainda em construção”. Com o valor da venda do imóvel de Jonasse comprou uma viatura na África do Sul, saldou a dívida referente à compra do espaço ao seu primo e outra parte aplicou na tesouraria da sua empresa, a Dinis Alumínios Lda. Diz que não repassou nenhum valor à ré Ângela Leão ou a pessoas próximas. Aliás, durante as negociações da compra do imóvel, Pondeca dizia apenas que a família estava muito interessada sem, no entanto, referir o nome da Ângela Leão como a proprietária.

À uma pergunta do Ministério Público, respondeu que conheceu Pondeca em 2013 depois deste ter apreciado o seu trabalho de caixilharias de alumínio feito num car wash no Bairro de Mahlampswene, na Matola. “Ele gostou do meu trabalho e pediu contacto. Consegui o contacto do meu gerente e os dois foram fazer medições de caixilharias de alumínio na dependência de Jonasse. Fizemos a cotação e o senhor Pondeca marcou uma reunião para a discussão final, pois estava interessado em adjudicar-nos a obra. Foi num fim-de-semana, fui com o meu gerente e foi nesse dia que conheci o senhor Pon-

deca”. Disse ainda que na altura pensava que Pondeca fosse o engenheiro da obra (dependência de Jonasse), pois não sabia que era irmão da Ângela Leão.


Confirmou ter conhecido a ré Ângela Leão através do seu irmão Pondeca, depois de ter executado os trabalhos na dependência de Jonasse. Mas só em 2015 começou a ter contacto com ela, quando estavam a discutir um trabalho que a sua empresa devia executar numa obra localizada no Bairro Costa do Sol. “Depois da obra de Jonasse, adjudicaram-me mais duas obras no Triunfo para fornecer janelas e corrimão, em 2014. Foi lá onde comecei a ver o senhor Fabião Mabunda, mas não interagíamos. Soube que era empreiteiro principal das obras da Ângela Leão, mas não sabia que era dono da empresa M Moçambique Construções. Descobri que era dono dessa empresa quando ele me convidou para fazer uma proposta numa obra que estava a executar na Maluana, Distrito da Manhiça”.

Além da dependência de Jonasse, da casa de Triunfo, das duas casas de Costa do Sol, a empresa de Crimildo Manjate, a Dinis Alumínios Lda, executou trabalhos no projecto das 10 casas da ré Ângela Leão, também localizado no Bairro Costa do Sol. Mas na sua folha de serviços, a empresa Dinis Alumínios têm uma vasta lista de trabalhos de estruturas metálicas e de alumínio executados em bancos, empresas, residências, instituições de ensino e tribunais.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

